



Estado de Minas Gerais

Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais – Covemg

Membros: Carlos Melgaço Valadares/ Emely Vieira Salazar/ Jurandir Persichini Cunha/ Maria Celina Pinto Albano/
Maria Cêres Pimenta Spínola Castro/ Paulo Afonso Moreira/ Róbson Sávio Reis Souza

Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg – Instituída pela Lei 20.765/2013

FICHA DE TESTEMUNHO

SUBCOMISSÕES:

Subcomissão I () Subcomissão II () Subcomissão III grupo A () Subcomissão III grupo B ()
Subcomissão IV grupoA () Subcomissão IV grupoB () Subcomissão IV grupoC () Subcomissão V ()
Subcomissão VI grupoA () Subcomissão VI grupoB () Subcomissão VI grupoC () Subcomissão VI grupoD ()

Número do caso: _____

DADOS DO DEPOIMENTO/TESTEMUNHO:

1. Data: 06/04/2017
2. Hora de Início: 17h52
3. Hora de encerramento: 18h10
4. Local: Associação Médica de Minas Gerais
5. Nome/função dos entrevistadores:
Maria Cêres P. Spínola Castro / _____
Vanessa Nunes Pereira / _____
_____ / _____

DADOS DO DEPOENTE;

1. Nome completo: MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR
2. Data de nascimento: 16/03/1948
3. Naturalidade (cidade/estado): Recife / PE
4. Nacionalidade: Brasileiro
5. Sexo: () Feminino () Masculino
6. Documentos de Identificação:
RG: M 1567373 - SSP M6
CPF: 127.350.864-53
Outro: _____



Estado de Minas Gerais

Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais – Covemg

Membros: Carlos Melgaço Valadares/ Emely Vieira Salazar/ Jurandir Persichini Cunha/ Maria Celina Pinto Albano/
Maria Cêres Pimenta Spínola Castro/ Paulo Afonso Moreira/ Robson Sávio Reis Souza

7. Endereço atual completo:

Rua Timbiras 659 Apto 1001 - Funcionários
CEP 30140-068

8. Telefones:

Residência: (31) 32743453

Celular: (31) 991452488

Trabalho: _____

9. Endereço eletrônico:

MARCOBURLEAGUIAR@GMAIL.COM

10. O declarante é:

Vítima

Familiar de vítima

Testemunha

Outro _____



Estado de Minas Gerais

Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais – Covemg

Membros: Carlos Melgaço Valadares/ Emely Vieira Salazar/ Jurandir Persichini Cunha/ Maria Celina Pinto Albano/
Maria Céres Pimenta Spínola Castro/ Paulo Afonso Moreira/ Robson Sávio Reis Souza

Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg – Instituída pela Lei 20.765/2013

DECLARAÇÃO SOBRE O RELATO

Eu, MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR, qualificado na Ficha de Testemunho, concordo integralmente com as disposições contidas no documento da Covemg denominado DEVERES E DIREITOS DOS DEPOENTES, nada tendo a opor.

DECLARO que são fidedignas as informações prestadas em meu relato nesta data, sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período indicado na Lei nº 20.765/2013, assinando abaixo a presente.

AUTORIZO a utilização do meu relato para todas as finalidades relativas ao cumprimento do mandato da Covemg, em especial para fins de incorporação ao Relatório Final.

E ainda,

- autorizo a gravação do meu depoimento
- autorizo a utilização pela Covemg de imagens colhidas no depoimento
- autorizo a utilização pela FUMEC de imagens, para fins acordados com a Covemg
- requeiro que meu nome seja mantido em sigilo.

Belo Horizonte, 6 de abril de 2017
(local) (dia) (mês) (ano)

Assinatura: Marcos José Burle de Aguiar

Nome legível: MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR



Estado de Minas Gerais - Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg
Membros: Carlos Melgaço Valadares/ Emely Vieira Salazar/ Jurandir Persichini Cunha/ Maria Celina Pinto Albano/
Maria Céres Pimenta Spínola Castro/ Paulo Afonso Moreira/ Robson Sávio Reis Souza

Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg – Instituída pela Lei 20765/2013

DIREITOS E DEVERES DOS DEPOENTES

DEVERES

Identificação:

1. Identificar-se devidamente, de acordo com os dados solicitados na FICHA DE TESTEMUNHO , seguindo as orientações propostas para o preenchimento.
2. Assinar a Declaração sobre o Relato e marcar as opções nela oferecidas. Se a pessoa não souber assinar, deverá colocar a digital do polegar ou solicitar que alguém assine por ela, destacando este fato.

Quem pode depor:

3. Qualquer pessoa capaz — física ou representante de pessoa jurídica — pode ser depoente.
4. O depoente pode comparecer espontaneamente ou por convite, para relatar os fatos de que têm conhecimento.
5. No caso de funcionários públicos, poderá, se solicitado pelo interessado, haver prévia comunicação a seus superiores.
6. Os depoentes prestarão, oralmente ou por escrito, depoimento sobre fatos passados e relevantes de que tenham ciência, relacionados às graves violações de direitos humanos cometidas, sofridas ou presenciadas, ou que de alguma forma tenham informações, previstas na lei que instituiu a Covemg e de interesse de suas subcomissões.
7. Os depoentes explicarão como se desenrolaram os fatos e suas circunstâncias, com a maior precisão e exatidão possíveis, identificando sua autoria quando possível.
8. Incumbe aos depoentes dizer a verdade, toda verdade e somente a verdade sobre os fatos.
9. No caso de depoimentos orais é facultada a consulta a notas e apontamentos.
10. Os depoentes poderão ser ouvidos mais de uma vez pela Covemg, caso seja considerado necessário, na hipótese, por exemplo, de surgirem fatos novos, acesso dos depoentes a novas informações, ou surgirem versões discrepantes sobre o mesmo fato.

Nôrmas de Segurança:

11. Os depoentes observarão as normas de segurança indicadas pela Covemg para as sessões de depoimentos.

Responsabilidade:

12. Os depoentes colaborarão com a Covemg e farão seus relatos dos fatos com boa fé e lealdade, assumindo a responsabilidade integral por sua veracidade, para todos os efeitos legais.

DIREITOS

13. Os depoentes serão tratados com o devido respeito, sendo preservada a sua dignidade.
14. Os depoimentos são considerados de interesse público, não podendo seus autores sofrerem qualquer desconto em sua remuneração no trabalho
15. Poderá ser solicitado pelos depoentes o pagamento da despesa efetuada para comparecimento à sessão da Covemg ou o transporte necessário, desde que devidamente justificado, ficando a critério da Comissão sua apreciação.
16. Os depoentes poderão contar com apoio psicológico, desde que previamente solicitado, de acordo com as normas editadas a respeito pela Covemg.
17. Os depoimentos prestados oralmente serão gravados. Só haverá filmagem mediante expressa e prévia autorização do depoente.
18. A utilização do conteúdo do depoimento será exclusivamente para as finalidades do mandato da Covemg, previstas na Lei e incorporação ao Relatório Final, em qualquer das formas que este assuma, se assim for considerado pela Comissão.
19. O depoente, caso solicite, terá direito a uma cópia de seu relato.

Ciente:

Assinatura:

Marcos José Burle de Aguiar

Nome legível:

MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR